

Proposta de Sayad vence e corte é de Cr\$ 28,6 trilhões

Mariluce Moura

Brasília — Menos abrangente do que se esperava, o pacote econômico do Governo, que determina um corte de Cr\$ 28 trilhões 600 bilhões nas empresas estatais e estabelece um conjunto de medidas na área fiscal, capaz de gerar um aumento de arrecadação de Cr\$ 17 trilhões, este ano, foi anunciado ontem, às 17 horas, no Palácio do Planalto, pelos Ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Francisco Dornelles.

Ficaram de fora do pacote decisões sobre expansão de moeda e emissão de títulos do Governo, reposição de tarifas de serviço público e definições quanto à extinção, privatização, fusão e incorporação de estatais, que só devem ser conhecidas no início da próxima semana.

Vitória de Sarney

As medidas, propostas pela Seplan e aprovadas pelo presidente José Sarney, são, em síntese, a criação de comissões, com prazo de 60 dias, para decidir sobre a paralisação de projetos de retorno duvidoso, proibição de contratação de pessoal no setor público, até o final do ano, cortes nos gastos de custeio e investimentos e a reprogramação do orçamento das estatais.

De imediato, o Presidente aprovou cortes nos investimentos de Cr\$ 5 trilhões 700 bilhões, que somados aos Cr\$ 13 trilhões 600 bilhões, definidos no início do atual Governo, totalizam Cr\$ 19 trilhões 300 bilhões. Ficou definido também cortes nas despesas com pessoal de Cr\$ 1 trilhão 300 bilhões e cortes de custeio de Cr\$ 8 trilhões. Desta forma, chegou-se aos Cr\$ 28 trilhões 600 bilhões, intransigentemente defendidos pela Seplan e que indicam uma clara vitória do Ministro Sayad sobre Dornelles, que mantinha esperanças de adicionar a estes números, pelo menos, mais Cr\$ 10 trilhões.

Na área fiscal, o aumento de arrecadação será obtido basicamente por antecipações no recolhimento dos impostos e algumas elevações sobre o setor financeiro. Assim, Cr\$ 1 trilhão 500 bilhões será obtido pela antecipação do Imposto de Renda de pessoa jurídica; Cr\$ 1 trilhão 500 bilhões pela antecipação de Imposto de Renda na fonte; Cr\$ 1 trilhão 500 bilhões pela antecipação do Imposto de Renda sobre ganhos de capital; Cr\$ 4 trilhões 500 bilhões, pela antecipação de recolhimento do IPI; Cr\$ 1 trilhão 500 bilhões pelo aumento do imposto sobre ganhos no open de 10% para 12%; Cr\$ 3 trilhões 500 bilhões graças ao aumento do imposto sobre títulos de renda prefixados, de 4% para 7%, e Cr\$ 1 trilhão pela eliminação do benefício (de 10%) no Imposto de Renda sobre juros remetidos para o exterior.

Estes valores totalizam Cr\$ 15 trilhões, mas a Secretaria da Receita Federal, nos primeiros estudos de reavaliação do total de receita tributária deste ano, identifica mais Cr\$ 2 trilhões para o segundo semestre, que não chegaram a ser computados; isto eleva para Cr\$ 17 trilhões o total que o Governo espera obter com o pacote de medidas anunciadas.

Tensão

O clima em que foi anunciado o pacote, na Sala de Imprensa do segundo andar do Palácio do Planalto variava na medida em que se fixasse a atenção num ministro, ou no outro. Dornelles, visivelmente tenso, foi o primeiro a falar,

historiando rapidamente as preocupações do Governo com a inflação e o déficit público, para depois abordar as medidas técnicas na área fiscal, que estão sendo tomadas para combater uma e outro.

Segundo o Ministro, eram três as preocupações do Presidente José Sarney, na primeira reunião com o Ministério. “Em primeiro lugar, que o conjunto de medidas que viessem a ser tomadas não afetasse o crescimento econômico do país, que ele entende, deveria ficar em um mínimo de 5%, afirmou ele. Sabe-se agora que não há garantias de que seja assim e, minutos depois, o secretário da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest), Henri Philippe Reichstul, assegurava que, com os cortes, o crescimento do PIB pode ficar em 4%.

Em segundo lugar, as medidas deveriam conter o surto inflacionário, “que nos três primeiros meses do ano indicavam projeções superiores a 300%”, segundo Dornelles. E, por fim, a preocupação do Presidente era a de contenção do serviço público, com vistas “a abrir espaço considerável para o crescimento do setor privado”.

Foi dentro deste espírito e destes objetivos que, segundo Dornelles, foram tomadas as medidas na área fiscal, “discutidas amplamente, não só entre os ministros, como também com os partidos que apóiam o Presidente”. E a solução foi diminuir prazos de recolhimento e antecipar receitas.

O Ministro João Sayad, muito mais a vontade que o seu colega, explicou que o objetivo mais importante da redução dos gastos é de “uma boa gestão do dinheiro público”. Em função disto, é que o Presidente, segundo ele, assinou decreto determinando a reavaliação de, pelo menos, 18 projetos de investimento na área das estatais, “cuja viabilidade econômica dificilmente indicará pelas suas continuacões”.

Durante 60 dias, eles terão de ser submetidos a “um escrutínio bastante cuidadoso com os ministros de cada Pasta” e neste período eles “não poderão gastar um tostão, quer do orçamento dos projetos propriamente ditos, quer do orçamento da União”, segundo Sayad.

Para os que se preocupam com os efeitos dos cortes sobre o emprego, ele mandou um recado incisivo: “Existem formas mais eficazes, mais produtivas, de aumentar o emprego no setor privado. A política do desperdício não pode ser justificada em nome da política de emprego”.

Sayad explicou, em seguida, a proposta de distribuição mais homogênea de investimentos, criticando a concentração dos recursos em projetos como Tucuruí, Carajás e Itaipu. Esta medida, inevitavelmente, vai determinar um adiamento da conclusão desses projetos. Falou sobre o decreto assinado ontem pelo Presidente, que proíbe a contratação de pessoal e “vai gerar uma redução nos quadros de pessoal de 12 mil funcionários por ano”. Referiu-se aos números do orçamento das estatais e, finalmente, falou do corte de Cr\$ 1 trilhão 500 bilhões na área do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e de Cr\$ 4 trilhões, na Previdência.

Não ficaram dúvidas sobre para que lado pendera o Presidente, frente às divergências dos seus Ministros, que certamente ficaram muito claras quando Sayad, em certa altura do seu despacho, entre as 11 e 13 horas, disse a Sarney:

— Presidente, os cortes que dá para fazer são esses. Mais do que isso é fazer cortes no papel ou nos arriscarmos a perder a credibilidade, como o Delfim.